



**TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 3ª REGIÃO**  
Corregedoria Regional

**Ofício Circular nº CR/TRT/23/2015**

Belo Horizonte, 18 de agosto de 2015.

Ao(À)

**Excelentíssimo(a) Juiz(a) do Trabalho**

**ASSUNTO:** Ofício nº 2140/2015, da 3ª Vara do Trabalho de Goiânia/GO

**Exmo(a). Juiz(a) do Trabalho,**

Com meus cordiais cumprimentos, encaminho a Vossa Excelência, para ciência, cópia do Ofício nº 2140/2015, expedido pelo Ilmo. Diretor de Secretaria da 3ª Vara do Trabalho de Goiânia/GO, referente ao Processo nº 0011723-93.2014.5.18.0003 - ACP, em trâmite naquela Unidade Jurisdicional, em que são partes o Ministério Público da União e Avon Cosméticos Ltda.

No aludido Ofício, é relatado, para efeito da prevenção referida no item IV da Orientação Jurisprudencial nº 130 da SDI-II do TST, que *"encontra-se em curso, nesta 3ª Vara do Trabalho de Goiânia/GO, sob 'segredo de justiça', ação civil pública que tem como requerente o Ministério Público - Procuradoria Regional do Trabalho da 18ª Região - Goiânia e como requerida Avon Cosméticos, na qual é, basicamente, solicitado que seja imposta à empresa a obrigação de contratar 'executivas de vendas' apenas na condição de empregadas - portanto, com registro em CTPS e sob o regime da Consolidação"*.

Atenciosamente,

  
**DENISE ALVES HORTA**  
Desembargadora Corregedora



**TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 3ª REGIÃO**  
Corregedoria Regional

REFERÊNCIA: Ofício nº 2140/2015, da 3ª Vara do Trabalho de Goiânia/GO

Visto.

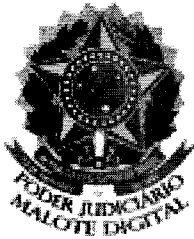
Por meio do Ofício Circular nº 15/2015/TRT18-SCR, o Exmo. Desembargador Corregedor Regional do TRT da 18ª Região, Dr. Platon Teixeira de Azevedo Filho, encaminha o Ofício nº 2140/2015, expedido pelo Ilmo. Diretor de Secretaria da 3ª Vara do Trabalho de Goiânia/GO, referente ao Processo nº 0011723-93.2014.5.18.0003 - ACP, em que são partes o Ministério Público da União e Avon Cosméticos Ltda.

No referido Ofício, é relatado, para efeito da prevenção referida no item IV da Orientação Jurisprudencial nº 130 da SDI-II do TST, que *"encontra-se em curso, nesta 3ª Vara do Trabalho de Goiânia/GO, sob 'segredo de justiça', ação civil pública que tem como requerente o Ministério Público - Procuradoria Regional do Trabalho da 18ª Região - Goiânia e como requerida Avon Cosméticos, na qual é, basicamente, solicitado que seja imposta à empresa a obrigação de contratar 'executivas de vendas' apenas na condição de empregadas - portanto, com registro em CTPS e sob o regime da Consolidação"*.

Face ao exposto, expeçam-se Ofícios Circulares para os Exmos. Desembargadores e para os Juízes em atuação nas Varas do Trabalho do TRT da 3ª Região, com cópias do presente despacho e do Ofício nº 2140/2015, para ciência do inteiro teor do aludido Ofício.

Belo Horizonte, 14 de agosto de 2015.

**DENISE ALVES HORTA**  
Desembargadora Corregedora



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL  
PODER JUDICIÁRIO

## MALOTE DIGITAL

Tipo de documento: Administrativo

Código de rastreabilidade: 51820156224788

Nome original: Ofício 2140-2015 (fl.2) e documento anexo (fl.3).pdf

Data: 07/08/2015 10:14:00

Remetente:

Bruno

Corregedoria-Regional - TRT 18ª Região

Tribunal Regional do Trabalho da 18ª Região

Prioridade: Normal.

Motivo de envio: Para conhecimento.

Assunto: Ofício Circular nº 15/2015 SCR-TRT18 - para ciência, manifestação e/ou providências



PODER JUDICIÁRIO DA UNIÃO  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 18ª REGIÃO  
TERCEIRA VARA DO TRABALHO DE GOIÂNIA-GO  
Rua T-51 esq. c/ T-1, Setor Bueno, CEP 74215-901 Fone: 3901-3445

OFÍCIO Nº 2140/2015

GOIÂNIA, 05/08/2015

**ASSUNTO: SOLICITA PROVIDÊNCIAS**  
**NOSSO PROCESSO: ACP 0011723-93.2014.5.18.0003**  
**REQUERENTE: MINISTERIO PUBLICO DA UNIAO**  
**REQUERIDO(A): AVON COSMETICOS LTDA.**

Senhor Diretor,

Informo a Vossa Senhoria determinação contida em ata de audiência, cujo teor segue abaixo transcrito:

**5.prevenção:**

- a. deve a Secretaria do Juízo solicitar à E. Corregedoria Regional que comunique aos demais regionais que encontra-se em curso, nesta 3ª Vara do Trabalho de Goiânia/GO, sob "segredo de justiça", ação civil pública que tem como requerente o Ministério Público - Procuradoria Regional do Trabalho 18ª Região - Goiânia e como requerida Avon Cosméticos, na qual é, basicamente, solicitado que seja imposta à empresa a obrigação de contratar "executivas de vendas" apenas na condição de empregadas - portanto, com registro em ctps e sob o regime da Consolidação;
- b. tal ato tem como objetivo noticiar a prevenção sugerida no inciso IV da orientação nº 130 da SDI-II do Tribunal Superior do Trabalho.

Atenciosamente,

**CAIO DA SILVA ROCHA**  
Diretor de Secretaria

**Ao Senhor Marcelo Marques de Matos**  
**Diretor de Secretaria da Corregedoria Regional do Tribunal Regional do**  
**Trabalho da 18ª Região**

MARIELLE BARBOSA NEGREIROS

**130. AÇÃO CIVIL PÚBLICA. COMPETÊNCIA. LOCAL DO DANO. LEI Nº 7.347/1985, ART. 2º. CÓDIGO DE DEFESA DO CONSUMIDOR, ART. 93 (redação alterada na sessão do Tribunal Pleno realizada em 14.09.2012) – Res. 186/2012, DEJT divulgado em 25, 26 e 27.09.2012**

I – A competência para a Ação Civil Pública fixa-se pela extensão do dano.

II – Em caso de dano de abrangência regional, que atinja cidades sujeitas à jurisdição de mais de uma Vara do Trabalho, a competência será de qualquer das varas das localidades atingidas, ainda que vinculadas a Tribunais Regionais do Trabalho distintos.

III – Em caso de dano de abrangência suprarregional ou nacional, há competência concorrente para a Ação Civil Pública das varas do trabalho das sedes dos Tribunais Regionais do Trabalho.

IV – Estará prevento o juízo a que a primeira ação houver sido distribuída.

**Histórico:**

Redação original - DJ 04.05.2004

*Nº 130. Ação civil pública. Competência territorial. Extensão do dano causado ou a ser reparado.*

*Aplicação analógica do art. 93 do código de defesa do consumidor*

*Para a fixação da competência territorial em sede de ação civil pública, cumpre tomar em conta a extensão do dano causado ou a ser reparado, pautando-se pela incidência analógica do art. 93 do Código de Defesa do Consumidor. Assim, se a extensão do dano a ser reparado limitar-se ao âmbito regional, a competência é de uma das varas do trabalho da capital do estado; se for de âmbito supra-regional ou nacional, o foro é o do Distrito Federal.*